

Unidos Contra a Exploração NAS CEIFAS!



O Camponês

ORGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES

POR todo o Alentejo e no Ribatejo a faina das ceifas vai começar em breve. Tal como nos anos anteriores, os grandes agrários cantam já a velha cantiga do mau ano agrícola e esperam com ela adormecer a vontade de luta das massas camponesas, mergulhadas este ano na maior miséria e batidas pela mais forte e dolorosa crise de trabalho de que há memória nos campos do Alentejo e do Ribatejo. Ao contrário do que dizem os grandes lavradores, o tempo não foi tão mau como eles pretendem fazer crer.

Nós, camponeses, também temos olhos na cara e não nos deixaremos embalar com cantigas. É uma verdade que a falta de chuvas atraxeu inicialmente as searas e faz prever uma colheita mais fraca para algumas terras pobres. Mas é também verdade que nas terras fortes — e elas representam a maior parte da superfície cultivada este ano — a melhoria do tempo ultimamente verificada beneficiou muito as searas, deu-lhes boa palha e quanto a grão elas estão mais prometedoras que as dos dois últimos anos. E preciso também não esquecer que a falta inicial das chuvas não perturbou o nascimento de ervas e, por isso, as searas não necessitaram de munda o que torna as colheitas deste ano mais lucrativas para o lavrador que nos anos transactos. Assim a nossa luta por jornadas mais altas e trabalho garantido nos campos não será entorpecida pelas falsas lamúrias dos grandes agrários. Contra a exploração dos grandes lavradores fascistas, que querem aproveitar-se da nossa miséria para arrecadarem mais grossos lucros e reduzirem mais ainda a fome das famílias camponesas, é necessário desde já alargarmos e reforçarmos a nossa UNIDADE e tornarmos mais uma vez à prova as experiências colhidas nas lutas anteriores. E o que é que nos ensina a experiência, camaradas camponeses e camponesas?

Ela ensina-nos que lá, onde os ceifeiros souberam organizar a sua luta e se mantiveram unidos como um só homem, foram obtidas jornadas mais altas e esfarrapadas as tabelas do salarizismo e dos agrários fascistas. Foi assim no Baixo Ribatejo em 1945 quando os camponeses e camponesas ribatejanos fizeram a greve durante 15 dias e forçaram os lavradores a pagarem jornadas de 30 a 35.000 em vez de 16 que as tabelas salazaristas estabeleciam para as ceifas. Foi assim em Montemor, Lavre, Portel, S. Manços, Régueiros e Ermidas em 1945, quando os ceifeiros alentejanos depois de grandes concentrações nas Casas do Povo, nos Campos e junto das autoridades, fizeram greves e marchas de fome e obrigaram a recuar os grandes agrários fascistas e o salazarismo arrancando jornadas de 30 a 35.000. Foi assim em 1946 quando os camponeses de Grandola, Montoito, Machede, Redondo, Extremoz, Évora, etc., fizeram em faixas as tabelas estabelecidas para as ceifas pelas Comissões Arbitrais, durante importantes movimentos de massas. Foi assim em 1947, em dezenas de localidades alentejanas, onde mais de 50.000 ceifeiros, entre os quais alguns ranchos de fora, fizeram a greve e, pela sua forte unidade, estilhaçaram as tabelas das Comissões Arbitrais salazaristas e ajustaram livremente com os lavradores o preço das jornadas, arrancando aumentos de 6 a 25.000 por dia. Foi assim, finalmente, em 1948 em Aljustrel, Quintoz, Penedo Gordo, Pias, Aldeia Nova, Vale de Vargo, Boa Vista, Beja, Vendas Novas, Montemor, Casa Branca, Silveira, Escoural, Meinho da Ana, Salgueiro, S. Cristóvão, S. Manços, Valongo, Machede, Foros da Branca, Cortiçadas, Lavre, S. Torcato, Ermidas, Castro Verde, etc., quando os ceifeiros alentejanos em marchas, concentrações e greves, conseguiram jornadas de 27 a 40.000.

Este ano será mais uma vez pela nossa UNIDADE e pela nossa LUTA que obrigaremos a recuar os exploradores fascistas e neste sentido temos de mobilizar o melhor dos nossos esforços. Os grandes agrários jogarão contra nós, aproveitando-se da existência de uma grande massa de desempregados, os ranchos de algarvios, ratinhos e beirões com o fim de nos obrigarem a aceitar jornadas baixas. A isto devemos responder desde já organizando Comissões de Praça e realizando assembleias camponesas nas Casas do Povo, e nas Praças de Jornas afim de discutirmos quais as jornadas que nos convêm e as condições

a que temos direito. Ao mesmo tempo devemos a largar a unidade, às outras localidades da nossa região, e enviando delegados camponeses junto dos camaradas das outras terras afim de combinar-mos com eles as nossas reivindicações comuns. Com os delegados de todas as localidades de cada região, que devem ser escolhidos entre os camaradas mais firmes e mais honestos, devemos constituir grandes Comissões Regionais de Delegados Camponeses que assegurem a coordenação e a unificação da luta em cada região e sejam verdadeiros organismos de defesa dos interesses camponeses. A acção dos agrários fascistas, chamando ranchos de fora será completamente anulada se soubermos chamar à unidade os ceifeiros da Beira e do Algarve, levando-os a recusarem jornadas mais baixas e condições de trabalho diferentes das que nós exigimos e chamando-os a participarem nas Comissões Regionais de Delegados Camponeses. Há que exigir em cada localidade que seja dado trabalho em primeiro lugar para os ceifeiros locais, pois desta maneira impediremos que os grandes lavradores especulem com a fome dos nossos filhos.

A luta dos camaradas de Montemor, que fizeram um abaixo assinado com centenas de assinaturas e o enviaram à Casa do Povo e ao delegado do I.N.T., exigindo 30.000 e trabalho garantido para todos é totalmente justa e mostramos um exemplo a seguir. Contudo em cada região os camponeses e camponesas deverão estabelecer as suas reivindicações de acordo com as condições locais e unidos como um só homem, devem exigir a sua completa satisfação. Para a frente, por jornadas altas e trabalho garantido para todos, nas ceifas de 1949! «O CAMPONÊS», dentro da justa orientação do Partido Comunista, guiará os ceifeiros do Alentejo e do Ribatejo na luta contra a exploração dos grandes lavradores e do salazarismo.



"O Camponês" tem 2 anos!

o nosso jornal inicia com o presente número o seu 5º ano de publicação. Nas condições de feroz ilegalidade que nos são impostas pelos inimigos do povo que detêm o poder, o aparecimento regular do nosso jornal constitui, por si só, uma grande vitória do nosso Partido e das massas camponesas contra os opressores salazaristas. Orgão de unidade dos camponeses, o nosso jornal, fiel porta-voz da orientação do nosso Partido, tem apontado qual o mais justo caminho para forjar e fortalecer essa unidade, qual o caminho que há-de conduzir infalivelmente à libertação das massas camponesas das garras dos seus exploradores. Esse caminho, camaradas camponeses e camponesas, é o caminho da LUTA! Nascido das resoluções do 2º Congresso do Partido Comunista, «O CAMPONÊS» tem sido uma poderosa arma de luta das massas camponesas contra a política de miséria, de exploração e de fome do salazarismo e contra os seus principais sustentáculos no campo, os grandes agrários fascistas. «O CAMPONÊS», neste segundo aniversário do seu aparecimento, saúda os camaradas camponeses e camponesas que, com o seu esforço e a sua luta têm ajudado e melhorado o seu jornal, e exorta-os a prosseguirem na mesma via, fortalecendo mais e mais a sua unidade e sacudindo cada vez com mais firmeza o jugo dos grandes senhores da terra.

só a reforma agrária democrática libertará os CAMPONESES DO JUGO DOS GRANDES SENHORES DA TERRA!

atraxo da agricultura nacional, que trava todo o desenvolvimento económico do nosso país, e principalmente devido à existência do grande latifúndio. O grande agrário que vota as terras ao baldio, ao pasto e ao montado, e que, no seu palácio da cidade, arrecada grossos cabedais a custa da fome camponesa e da miserável exploração dos seareiros, é o maior inimigo do progresso da nação e do bem estar do povo português. O próprio fascismo se dá conta do estorvo que o latifúndio representa para os

seus demagógicos planos de industrialização do país e de subordinação da economia nacional aos monopólios anglo-americanos, e, por isso, procura uma solução que anule esse obstáculo. Mas a solução salazarista não é a solução que convém aos interesses nacionais pois que ela tem apenas em conta os interesses dos grandes senhores da terra, que são hoje os principais pilares do regime fascista, e não considera os da grande massa dos camponeses pobres e médios do país. Não devemos esquecer que a maior parte dos minis-

tros salazaristas são grandes proprietários e que na Assembleia Nacional fascista a maior representação social pertence aos grandes agrários. Sem falar, claro está, na seita de grandes lavradores que, à frente dos monopólios corporativos que são as Juntas e Grêmios, comanda na realidade toda a produção e consumo dos produtos agrícolas. O salazarismo fala na «reforma agrária» e criou para isso mais uma «Junta... a Junta de Colonização Interna». Esta Junta propõe-se dirigir a «colonização» dos baldios do Estado, (Serra de Cambas, Herdade da Ameira, baldios do Sabugal, Pliocénio ao Sul do Tejo, etc.) e fala-se mesmo na «colonização» de certas áreas que «nada representam na cultura extensiva», no dizer dum deputado salazarista. Os fascistas preparam-se assim para intensificar a escravização dos camponeses sob o nome pomposo de «reforma agrária» atirando-os como colonos para as pobres terras do latifúndio afim de as desbravar e tornar produtivas, mas submetendo-os na realidade ao grande agrário que roubará a maior parte do seu esforço e manterá a posse da terra. A «reforma agrária» salazarista tem pois em vista manter o jugo dos grandes senhores da terra sobre as massas camponesas adaptando-o às actuais dificuldades políticas e económicas do regime fascista. Só a reforma agrária democrática anulará a posse efectiva dos grandes proprietários sobre a terra e a entregará de maneira efectiva aos camponeses pobres e médios. A reforma agrária democrática arrancará aos latifundiários a sua grande arma de dominação política — A TERRA — colocará esta nas mãos daqueles que saberão arrancar dela os produtos necessários à nação e encaminhará a agricultura do país na via do progresso nacional. O primeiro passo para realizar a reforma agrária democrática, será, portanto, a destruição, pura e simples, do regime Salazarista, e a instauração em Seu lugar de um governo democrático de concentração nacional.

Os Agrários e o Fascismo contra os seareiros

A situação dos seareiros acompanha muito de perto a grande miséria em que vivem os trabalhadores assalariados e as suas famílias. Vítimas da ruinosa política de preços do governo de Salazar, os seareiros, como os pequenos e médios rendeiros e proprietários, suportam ainda toda uma série de roubos da parte desses grandes ladrões do suor camponês, que são os grandes agrários. São em geral as piores terras do latifúndio que os agrários alugam aos seareiros e as condições de exploração que lhes impõem são das mais duras e ruinosas. É o seareiro quem tem de arrancar o mato à sua custa e pôr a terra em condições de produzir e é ele que tem, depois, da sua magra colheita, de pagar a maquia da parte do proprietário e a sua própria em condições mais desfavoráveis que os grandes lavradores. O agrário fascista Custódio Nunes Falcão, do Monte da Sesta (S. Romão) que possui um jugo de debulha, cobra dos lavradores ricos a maquia de 8% enquanto que aos seareiros exige 11%. Depois de todos estes roubos é ainda da sua parte que o seareiro tem de pagar o terço ou o quarto do contracto de parceria sobre toda a colheita ficando assim sem possibilidades de prover aos encargos da família e das novas sementeiras. Seareiros! Exigi a participação do agrário nos encargos do arroteamento das terras e melhores condições nos contractos de parceria! Exigi que o proprietário pague a maquia da sua parte e uma maquia igual para os seareiros da que paga o grande lavrador!



Neste segundo e último ano de publi-

MAIS LUTAS E MAIS VITÓRIAS

cação do nosso jornal as massas camponesas deram novos e importantes passos no caminho da luta contra a exploração, a miséria e o desemprego. A ofensiva combinada do salazarismo e dos grandes senhores da terra os camponeses e camponesas opuseram a sua frente unida e a sua firme decisão de lutarem por melhores condições de vida, por melhores jornas, por pão e trabalho. Mais de 110 lutas foram publicadas em «O CAMPONÉS» durante o ano e muitas outras não o puderam ser por falta de espaço. Em todas elas foi a estreita unidade das massas trabalhadoras do campo a grande arma que permitiu a sua conclusão vitoriosa. Como dizia o «Avante» da segunda quinzena de Março «os trabalhadores alentejanos sabem pela sua dura experiência que só a luta poderá mudar a face das coisas» e é assim que, onde lutamos unidos os exploradores são obrigados a recuar e as nossas reivindicações triunfam e lá onde nos deixamos curvar e dividir os sugadores do sangue camponês levam a melhor e é mais dura a miséria dos nossos filhos.

Assim o compreendem os camaradas camponeses de CORUCHE que resolveram lutar contra a jorna de 15300 estabelecida pelos agrários de combinação com a direcção vendida da Casa do Povo. Os trabalhadores de Coruche concentraram-se na Casa do Povo e exigiram a sua distribuição pelos lavradores e o pagamento de uma jorna de 22500 e 25300. Como não fossem atendidos nesta última reivindicação começaram a dar o menor rendimento possível e desta maneira têm conseguido que alguns patrões pagassem a jorna exigida.

Também em MONTEMOR-NOVO, nas obras da estrada Montemor-S. Cristóvão, 80 trabalhadores fizeram a greve durante 4 dias num protesto por não lhes ser fornecida lenha para cozinhar, obrigando os empregadores a atenderem as suas reivindicações. Nesta obra, por pressão evidente dos agrários afim de terem mão-de-obra barata para as ceifas, as jornas foram baixadas de 183 para 16500. Imediatamente 30 trabalhadores abandonaram o trabalho e dirigiram-se à Casa do Povo exigindo a intervenção desta. Como não fossem atendidos dirigiram-se ao posto da .G.N.R. afim de reclamarem junto do comandante que é também administrador do Concelho. Este fascista ameaçou os trabalhadores e intimou-os a regressar ao trabalho ao que eles se recusaram. No dia seguinte, 20 de Abril, os restantes 50 trabalhadores, que trabalhavam noutro ponto da estrada, ao terem conhecimento da acção dos seus camaradas fizeram também a greve e dirigiram-se ao administrador obtendo deste a promessa de interceder junto do governador civil. Os trabalhadores não insistiram e por isso foi mantida a jorna de 16500. Faltou a este movimento uma coordenação prévia que originou a falta de unidade na greve. Além destes, trabalhavam noutras estradas mais 150 trabalhadores que teriam participado na greve se os grevistas solicitassem a sua solidariedade. Foi colhida esta experiência pelos trabalhadores que saberão

aproveita-la em futuras lutas,

De igual maneira 250 trabalhadores que trabalhavam na estrada de EXTREMOZ-BORBA ao ser-lhes comunicada a redução das jornas de 18 para 16500 fizeram greve de braços caídos durante 4 dias, só retomando o trabalho perante as ameaças de prisão da .G.N.R., mas não sem terem obtido algumas concessões como o descanso ao domingo e entrega à segunda feira e desferia ao sábado com uma hora de sol. Também em EXTREMOZ nos últimos dias de Abril cerca de 400 trabalhadores fizeram uma concentração junto da Câmara Municipal, protestando contra o desemprego e reclamando trabalho. Em PORTALEGRE mais de 100 desempregados de ALPALHÃO concentraram-se junto do delegado do .I.N.T. exigindo trabalho. Este fez-lhes promessas vagas mas nada resolveu pelo que a luta continua. Em ÉVORA, uma comissão de trabalhadores de SOUZEL avistouse com as autoridades exigindo medidas para debelar a crise da sua região. Uma comissão eleita pelos trabalhadores que trabalhavam na estrada MERTOLA-S. DOMINGOS, avistou-se com o engenheiro exigindo que os salários fossem pagos todos os 8 dias e não de 15 em 15 como estavam sendo. E frente a tanto os engenheiros pediram ao presidente da Câmara, Passos de Lima que fornecesse farinha para os trabalhadores, mas este fascista respondeu que isso era mais costume e que os trabalhadores se aguntassem. 60 camponeses desempregados de PENEDO e GORDO

concentraram-se no dia 19 de Abril na Casa do Povo exigindo trabalho. Como a direcção nada resolvesse os camponeses voltaram a concentrar-se no dia seguinte exigindo que a direcção os acompanhasse a Beja junto do delegado do I.N.T. Este ameaçou a direcção por ter ido acompanhada dos trabalhadores. No regresso todos foram contratados pelo grande agrário fascista José Joaquim Fernandes por 15300 com comida, o que perfaz 21300, mas os trabalhadores não souberam lutar exigindo a sua condução para o trabalho, próximo de de Alvalade, pois aquele bandido fascista, antigo deputado, obrigou-os a irem a pé até lá. Também o povo de BENAVIDA numa concentração de mais de 50 pessoas junto da Casa do Povo exigiram uma sindicância ao contínuo, laçao do fascismo, Manuel Carrilho. Este burlão já tem exigido o pagamento em duplicado de cota a alguns sócios. Em face da reclamação do Povo de Benavilla, o delegado do I.N.T. de Portalegre viu-se obrigado a mandar lá o seu substituto Dr. Levita, que, apesar das suas simpatias pelo Carrilho e da acção do padre fascista Alberto Ramiro Reia, a favor daquele, se viu forçado a iniciar a sindicância, perante o povo que se concentrou de novo na Casa do Povo logo que teve conhecimento da sua chegada.

Camaradas camponeses e camponesas! É reforçando a nossa unidade e lançando-nos no caminho da luta, melhorando-a cada vez mais, que obrigaremos os grandes agrários e o salazarismo a atenderem as nossas reivindicações!

Defendamos as Casas do Povo

DESDE a criação das Casas do Povo os dirigentes fascistas procuraram evitar que as suas direcções assentassem em princípios democráticos e que os trabalhadores fossem, os seus verdadeiros dirigentes. Por isso os seus estatutos dão grandes poderes ao presidente da Assembleia Geral que é eleito pelos proprietários da região e é ele próprio, na maior parte dos casos, um grande proprietário. Este pode assistir, quando quiser, às reuniões da Direcção; ele é quem representa a Casa do Povo junto dos Grêmios da Lavoura e da Câmara Municipal, e é ele que orienta e fiscaliza a actividade da Direcção. As Casas, que os fascistas chamam do Povo, são na verdade dirigidas pelos ricos, eleitos pelos seus compadres. É claro que esta gente não pode defender os interesses dos trabalhadores, porque primeiro defenderão os seus. Mas os fascistas não se contentam com isso — num discurso pronunciado pelo Subsecretário das Corporações na inauguração da Casa do Povo de Garvão, em 11 de Março último, este falou das suas intenções de modificar sistema de direcção das Casas do Povo. Em resumo, ele disse que as Casas do Povo passariam a ser dirigidas por um só homem, eleito por um número reduzido de associados, que poderá ser um proprietário ou um comerciante, um padre ou o dirigente da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia. Também o grande agrário Joaquim Rosado Fernandes, numa entrevista concedida ao «Jornal do Comércio» de 1, 2 e 3 de Abril último, dizia das Casas do Povo serem elas «corpos sem alma e corpos já de si fracos e incapazes de acção corporativa mas capacitados de acção subversiva. Urge suprimir, algumas corrigir outras e vivificar todas...» Não é por acaso que estas intenções apareçam na boca dos grandes agrários e dos dirigentes fascistas. É porque eles estão vendo que os camponeses começam a lutar apoiando-se nas Casas do Povo, começam a utilizar-las para defender os seus legítimos interesses, exigindo melhores jornas, trabalho, melhoramentos e subsídios e a transformá-las em verdadeiros órgãos de luta con-

tra os exploradores salazaristas.

Camaradas camponeses! Continuemos lutando junto das Casas do Povo, fazendo concentrações e obrigando as Direcções a cumprirem com os seus estatutos! Exijamos trabalho e jorna suficiente, médico, remédios e subsídios a que temos direito! Ao mesmo tempo, exijamos ELEIÇÕES LIVRES nas Casas do Povo, colocando à frente das direcções os homens mais firmes na defesa dos interesses dos camponeses!

camaradas

CAMPONESAS!

Depois dum longo período de fome e de miséria que ninou os nossos lágras motivadas pela grande crise de trabalho e pela exploração dos grandes senhores da terra, chegaram as ceifas. Isto quer dizer, camaradas camponesas que entramos num período em que é mais possível obter trabalho e jornas mais elevadas. Mas os grandes agrários fascistas aproveitando-se da nossa miséria, querem impôr-nos condições de trabalho mais duras do que as nossas forças permitem e jornas mais baixas do que aquelas a que temos direito. Habitua-os a explorar ferozmente o trabalho das mulheres camponesas, os grandes agrários preparam-se para mais uma vil monobra. Em algumas regiões onde pela nossa unidade e pela nossa posição firme ao lado dos camaradas ceifeiros, conseguimos arrancar jornas de 30800 para os homens e 208 para as mulheres, há patrões que estão a exigir que as mulheres trabalhem a 3 mãos como os homens.

Camaradas camponesas! Não devemos consentir que esta manobra dos grandes agrários fascistas vá por diante. Se nos soubermos unir e mativermos com firmeza as nossas reivindicações os patrões terão que ceder, pois nesta altura eles precisam de nós e por isso temos mais probabilidades de vencer. Exijamos uma jorna suficiente, que chegue para matar a fome aos nossos filhos, mas não façamos mais do que aquilo que as nossas forças podem e é costume fazer. Hoje o patrão exige 3 mãos, mas, amanhã, se cedermos, ele levará por diante formas ainda mais desumanas de exploração. A experiência ensina-nos que a unidade, a firmeza e a luta, são as melhores armas dos trabalhadores contra os grandes exploradores do nosso suor. Unamo-nos, pois, todas as ceifeiras ao lado dos nossos companheiros, e lutemos contra mais esta manobra dos grandes agrários. Para isso devemos organizarmo-nos, como os nossos companheiros, em Comissões de Praça, lá onde as mulheres fazem praça separada dos homens. Devemos escolher as camaradas mais firmes e decididas que discutam com os patrões e managers as jornas que forem aprovadas por todas as mulheres. Lá onde as praças das mulheres sejam feitas em conjunto com as dos homens devemos participar nas Comissões de Praça com os nossos companheiros, convencendo-os a ajudarem-nos a lutar pela satisfação das nossas reivindicações. Estreitamente unidas em volta das nossas Comissões, juntamente com os camaradas ceifeiros, nós obrigaremos a recuar os grandes agrários fascistas, causadores da fome e da miséria dos nossos filhos.

CAMARADAS camponeses e camponesas, intensificai a ajuda material ao vosso jornal! necessário que «O CAMPONÉS» continue a sair impresso e com regularidade. Para isso devemos lançar mão de novas iniciativas que permitam recolher donativos para o nosso jornal. O exemplo dum grupo de camaradas que fizeram e rifaram um bolo e nos enviaram o seu produto deve ser seguido.

Quantias recebidas:

Transporte	1.915\$10
Abº. o «Pacto do Atlântico»..	7\$20
Abrótegas vermelhas Nº 7	3\$00
Ao «Camponês» impresso	4\$50
Bela Rocha	10\$00
Bolo da Páscoa	130\$50
Camponês livre	20\$00
Camponês vermelho	5\$00
Caracol vermelho	1\$50
Dois camponeses amigos	20\$00
Trabalhar para vencer	20\$00
Unidos pela liberdade	9\$50
Unidos pela liberdade	12\$00
4 vermelhos	5\$00

A transportar 2.213\$50

PEQUENAS NOTÍCIAS

NA fábrica de Légorchinsk, na União Soviética, constrói-se actualmente em série, um aparelho de rádio de aligeira, o «Konsomlets», que apanha facilmente as ondas do Rádio Moscovo, de Lenine, e de outros emissores soviéticos. A primeira série de 900 aparelhos que foram construídos em Légorchinsk, foram para as brigadas de tractores, que ficam assim em ligação com a estação de máquinas e tractores e com a direcção do «kolkhoz» (herdade colectiva). Isto só é possível no país do socialismo onde os camponeses libertados têm a plena posse da terra e onde a máquina serve para auxiliar o homem e não para o escravizar e reduzir à fome, como sucede nos países capitalistas.

TABELA DE JORNAS

UM camarada tosquiador apela para que o nosso «CAMPONÉS» aconselhe todos os tosquiadores a exigirem melhor pagamento do seu trabalho. Diz o nosso camarada que o preço de 2850 para a tosquia de uma ovelha é um trabalho mal pago, e, por isso, devemos exigir 3800 para as ovelhas e 5800 para os carneiros. Aqui fica o apelo.

Outro grupo, de arrancadores de cortiça, propõe que o nosso jornal aconselhe todos os camaradas a exigirem para o arranque de cortiça 2500 diários, com descauco e pagamento do domingo, claro está.

«O CAMPONÉS», órgão dos camponeses, continuará a publicar o Boletim dos camaradas, pois desta maneira, dará mais uma contribuição para a unificação das lutas camponesas.